



## **Jornalismo e construção social da realidade: o despertar do acontecimento e a composição da notícia<sup>1</sup>**

Rafael Marroquim<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### **RESUMO**

O texto tenta mapear as características que acarretam na composição do acontecimento no idioma público da mídia. A maturação em fato-notícia exprime relações outras, desde as noções de tipificação, geração de conhecimento e enquadramento, até as nuances relacionadas à teoria da verdade. Tal mapeamento tem por base as acepções de construção social da realidade a partir do “presente comum” intensificado pelo noticiário.

**PALAVRAS-CHAVE:** acontecimento; notícia; construção social.

### **1. Da função especular**

Ao se configurar como campo-espelho (onde instituições se vêem refletidas e legitimadas), o jornalismo desempenha função de intermediador de sentidos. O enunciado jornalístico estrutura-se a partir de códigos, opera leituras da realidade, constrói sistemas de comunicação no idioma público. A experiência que se tem do mundo não pode ser pensada sem a influência dessa linguagem midiática, própria dos processos de socialização e de integração, mas também das contradições e tensões dos diversos campos de saberes. Os atores agem, em relação à realidade, com base nos significados que lhe atribuem.

Enquanto tentativa de leitura da realidade, dispositivo de notabilidade *ou deus ex machina*, um mundo paralelo às demais experiências, o jornalismo agrega uma espécie de cursor de recursos discursivos distintos que ganham níveis de estruturação de conhecimentos determinados. Adriano Duarte Rodrigues (2002) argumenta que enquanto outros tipos de discurso restringem-se a um domínio específico da experiência, como discursos (internos) esotéricos, o jornalístico relaciona-se ao fato de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Prograga de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCom), email: [rafael\\_marroquim@yahoo.com.br](mailto:rafael_marroquim@yahoo.com.br)



não ter o âmbito de sua legitimidade restrito a determinadas instituições, sendo transversal ao conjunto de todas as áreas da experiência moderna, o que lhe garante um caráter exotérico<sup>3</sup>.

No bojo de configuração dessa função emergem como estratégias de composição do discurso midiático a compatibilização e a exacerbação das diferenças. No primeiro caso, os discursos em confronto (das situações mais polêmicas) são esvaziados, sendo substituídos por enunciados formais em que as diferentes pretensões em confronto não podem deixar de concordar. “É esse processo de esvaziamento da conflitualidade nas sociedades modernas que confere ao discurso midiático a natureza exotérica que o torna apto para assegurar suas funções de mediação” (RODRIGUES, 2002, p.226).

No segundo, o discurso midiático desempenha papel oposto, exacerbando as diferenças entre as enunciações distintas. Nesse sentido, o jornalista se depara com campos de saberes com os quais “negocia” procedimentos de apropriação para utilizá-los como unidades de “construção do real”. “À revelia dos tecidos discursivos, o jornalista nada mais é do que uma espécie de manobrador de recursos discursivos distintos que ganham níveis de estruturação determinados” (FAUSTO NETO, p. 33, 1989).

Esse reconhecimento e referência do discurso midiático no mundo social são partilhados, sobretudo, a partir da pressuposição de um senso comum, idéias legitimadas intersubjetivamente. De acordo com Alfred Schutz (1982), esse “universo do cotidiano” deve ser considerado a partir de três aspectos desse conhecimento (forma como as pessoas aceitam um fenômeno como dado): 1) A reciprocidade de perspectivas e da estrutura de socialização do conhecimento; 2) a origem social do conhecimento ou a genética da socialização do conhecimento; 3) a distribuição social do conhecimento.

A estrutura de socialização proposta por Schutz distingue as múltiplas realidades sociais que deságuam no estuário do mundo da vida cotidiana. Os sub-universos – como os mundos da ciência, do sobrenatural, dos sonhos -, operam com âmbitos de significação finitos que são interrompidos de devaneios e pensamentos íntimos para despertar no mundo socialmente partilhado, dotado de um acervo prévio de experiências que serve de referência (*knowledge at hand*). É, pois, a transição do que considerado

---

<sup>3</sup> O termo técnico **exotérico** é aplicado por Rodrigues (2002, p. 220) às modalidades discursivas que se dirigem a toda a sociedade. O termo **esotérico**, por sua vez, designa, ao contrário, os discursos direcionados aos membros de uma instituição específica, exigindo o domínio das representações simbólicas próprias.



real por cada um. A troca de uma experiência vivida por outra. Na desconstrução das barreiras semânticas entre campos são construídas pontes entre espaços cognitivos, baseadas numa gramática comum.

Essa estrutura de socialização gera um tipo de conhecimento com características objetiva e anônima: é formulado independente das minhas circunstâncias biográficas. A tipicidade e as características de nossas experiências não questionáveis e comportamentos são também inerentes às relações de afeto de causa e finalidade, de significado e fins, e, por essa razão, com a praticabilidade das ações humanas dentro do domínio das coisas tomadas como próximas (SCHUTZ, 1982, p. 75).

O campo do jornalismo é entendido como província de significado (in) finito, portador de afirmações que transita entre os espaços particulares da realidade. Torna-os familiares, reconhecidos. Pode ser tomado como lugar de referência na contemporaneidade. Atua como irradiador de histórias, relatos, argumentos que, ao serem lidos ou ouvidos, podem, ou não, serem tomados como adquiridos. São, enfim, discutidos e oscilam no mundo da vida imbricando realidades múltiplas, fazendo o estranho (outras províncias) típico, próximo. “Por detrás do olhar do jornalista existe de certa forma uma grelha tipificadora que constitui o seu auxiliar precioso no esforço de conferir uma certa ordem e sentido à realidade” (CORREIA, 2005, p. 134).

Na mesma direção, George Mead (1992) aponta que a vasta importância dos meios de comunicação, sobretudo o jornalismo, “é a de reportar situações inserindo cada um dentro da atitude de experiências de outras pessoas” (p. 257). O trânsito de criação de sentido no público é explicado por meio do que ele considera como “tomar a atitude do outro” (*taking the attitude of the other*). A partir da interpretação, podemos conceber o jornalismo como referência na subjetivação das estruturas objetivas de sentido, bem como na sua translação ao mundo da vida.

A atividade simbólica é, assim, um exercício de doação de sentido ao mundo, do qual o homem torna significativo (para si e para os outros) tudo aquilo que está ao seu redor,

desde os objetos físicos aos seres naturais, incluindo o seu próprio mundo social, constituído tanto pelos outros homens e pelas relações de dependência recíproca que os mesmos estabelecem entre si, como pelo próprio indivíduo, que, através da comunicação (e em sociedade), adquire a sua própria identidade tornando-se ser significativo para os outros (Mead, 1992, p. 245).



O debate abre margem para entender os liames entre a teoria do jornalismo e a democrática. Esboçaremos como a constituição da notícia, a transformação do acontecimento em quadros interpretativos na realidade social, resvala em diferentes interpretações de verdade e referência na composição do discurso midiático.

## 1.2 Os ‘cenários’ do acontecimento

No discurso jornalístico, o acontecimento torna-se notícia quase na mesma velocidade em que irrompe na realidade. É o lastro basilar da significação, um sistema de pensamento estendido sobre olhares de sujeitos que o ordena como objeto-realidade, tornando-o inteligível. Enquanto conjunto de signos, abarca o ponto de partida entre o mundo objetivo e a tematização semântica (orientação a temas determinados). Se prolifera na epiderme da história nos mais diferentes recônditos e encarna o ‘novo’, dando forma ao presente comum.

O sentido adquirido na referência entre atores sobre um acontecimento vincula-se aos contextos simbólicos de surgimento. De *figuras* do mundo alheias ao devir discursivo (acontecimento enquanto experiência natural que dispõe de certa autonomia no campo da linguagem), passam à *con-figuração* do mundo pelo ornamento lingüístico com o outro, como uma tentativa de resposta à interrogação dos signos inscritos nas formas de compreensão do acontecimento. (Sobre este ponto ver Charaudeau 2006, p. 96-97).

De fato, as possibilidades circunstanciais do que vem a ser um acontecimento consistem na criação de “relevos” – desequilíbrio na ordem dos estados de coisas – que sejam *percebidos* e, em seguida, *reconhecidos* pelos sujeitos como tal. Isso acontece quando mudanças, de qualquer espécie, adquirem significado para um determinado público. Portanto, o acontecimento não pode ser entendido desprovido de um referencial com a memória, história e o passado; trata-se, assim, de afirmar que ele se traduz em uma linguagem específica, que fornece fontes para “formular” a experiência e permite elaborar procedimentos para individualizá-la (QUÉRÉ, 1999, *apud* MAINGUENEAU, 2006).

Do ponto de vista do jornalismo, o fato adquire valor-notícia quando se consolida como anti-ordem, lógica reversa das operações cotidianas. A natureza desse acontecimento ganha, então, novos contornos. Restringe-se da vasta gama dos ocorridos a um conjunto diminuto de referências.



O discurso do acontecimento é, nesse sentido, o da dissolução da ordem, do inesperado. É o incêndio que destrói ao edifício na Rua 26, o time vencedor do último clássico, a falha no motor do jato que transportava o senador, o homem comedor de mais sanduíches em um menor intervalo de tempo. O campo do jornalismo também desdobra um acontecimento em outros, como na música, cria suítes<sup>4</sup>. No dia seguinte ao incêndio, mostra que as famílias da Rua 26 tiveram de deixar o prédio por apresentar risco de desabamento. Pode-se dizer, com efeito, que a própria inserção do acontecimento nos periódicos é, por si, a construção de um novo-acontecimento - de visibilidade ampliada, notoriedade no mundo, nas pessoas, instituições.

Por isso, a notícia é no mundo moderno o negativo da racionalidade, no sentido fotográfico deste termo. O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas regida por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo (RODRIGUES, 1999, p. 29).

Contudo, o acontecimento não deve ser compreendido apenas no âmbito da desordem, como algo perturbador, que desregula o cotidiano. Ele também predomina no campo da ordem (necessidade de emergências simbólicas). O jornalista, nesse ponto, deve, sobretudo, ter “a capacidade de ver a descontinuidade no contínuo estado do mundo, desordem num estado de ordem (ou o inverso), movimento no repouso (ou o inverso), (...) em suma perceber o que fez diferença” (CHARAUDEAU, 2006, p. 100). Desse modo, cabe ao jornalismo não só o relato indiscriminado de acontecimentos, mas também da possibilidade de antecipá-los e percebê-los.

### 1.3 O acontecimento dito

Os atos de fala do meta-acontecimento interpõem-se a duas dimensões de atuação usual da linguagem. Segundo a *teoria dos atos de fala* de John Austin (1966; MAINGUENEAU, p. 73) o discurso é formado pela locução, relacionado ao conteúdo objetivo que se comunica; pela ilocução, correspondente ao que “se faz” quando se comunica (daí dizer-se que é performativo); e pela perlocução, ligado ao efeito intencionado pelo agente comunicador, um efeito não-declarado que seria “posterior” à efetividade do ato ilocucionário.

---

<sup>4</sup> Uma notícia inicial que é desdobrada em outras notícias, como no exemplo do incêndio.



A percepção do jornalismo como gerador de um novo acontecimento, ao relatá-lo nas páginas branco-preto, cria, por conseguinte, não uma mera locução, narração de fatos, mas um ato ilocucionário ou perlocucionário. Como tal, a ilocução está sujeita à justificação, à coerência de argumentos. Do papel ou tela abre-se ao escrutínio público de enunciados, à dimensão cênica do imprevisível, espetacular. Consiste na exposição de um acidente na BR-101, envolvendo dois veículos, em que duas pessoas morreram. O fato de narrar o acontecimento não engendra, em si, uma decisão, intencionalidade. A não ser que seja conjugado à informação de que este é o terceiro acidente em menos de uma semana ocorrido pela falta de fiscalização eletrônica na rodovia.

Com isso, é produzido efetivamente um novo estado de coisas. Da ilocução, o enunciado passa à perlocução, isto é, “enquanto dizem qualquer coisa produzem qualquer coisa pelo fato de dizerem” (RODRIGUES, 1999). É a noção de que o acontecimento só dispõe de sentido com relação ao sistema que afeta. O aumento taxa Selic em meio ponto percentual, os postulantes a cargos da administração pública durante o período eleitoral, o aumento no preço da passagem no transporte público. O horizonte de transformações no mundo – e a composição dos acontecimentos intermediados pelo jornalismo - articulam-se, dessa forma, com as estratégias enunciativas despojadas pelos *media* diante da construção da notícia.

Uma pergunta possível é se o campo do jornalismo é capaz de eliminar o acontecimento<sup>5</sup>. A resposta perpassa o conceito de visibilidade. No sentido objetivo, o fato não “mediatizado” não deixa de existir enquanto tal. Pode ser circunscrito a um grupo seletivo de pessoas ou permanecer como algo amorfo, desconhecido no universo simbólico. Por meio do contrato midiático, o acontecimento gera um espaço público de informação e parte de “bruto”- por intermédio da notícia - ao acontecimento interpretado. O acontecimento jornalístico é, pois, um eco. “Um eco de diferentes vozes (...) e tematicamente bastante homogêneo” (ALSINA, 2003, p. 160).

A visibilidade navega de termo a um conceito essencial no interior dos públicos, subjaz os temas que podem ser discutidos e co-relacionados entre as esferas públicas e privadas. “É a Transformação do olhar em argumentos” (WEBER, 2006, p. 139) ou constituição do acontecimento no idioma público. Ou seja, para que o acontecimento

---

5 Não será tema de discussão o modo como os meios de comunicação censuram, ou eliminam um acontecimento de potencial valor noticioso. Isso recairia numa análise criteriosa da liberdade dos meios de comunicação com relação ao mercado e ao Estado, o que não é, diretamente, tema abordado no trabalho.



exista é importante ordená-lo e nomeá-lo. Essas escolhas dependem da maneira como o jornal ou instância midiática constroem a representação sobre o que pode, ou não, interessar, emocionar e chamar a atenção do público. No dizer de Charaudeau (2006), “o acontecimento só significa enquanto acontecimento em discurso”.

No entanto, o discurso deve ser entendido como ponto inicial da interpretação de um episódio. Maingueneau (2006, p. 32) atenta para a sublimação de um acontecimento discursivo em acontecimento lingüístico. “O *espaço-tempo de comunicação* em que os *sujeitos da língua*<sup>6</sup> encontram os meios e os instrumentos do conhecimento dessa língua tornada historicamente comum”. Tal compreensão admite a intercomunicação como um espaço não-vazio. Abre margem para o que é dito além dos enunciados de arquivos de uma forma testada, geradora de toda sorte de reproduções míticas dos acontecimentos que transformam a história em natureza.

Maturados em notícia, os acontecimentos são renomeados, definidos e peneirados segundo critérios de noticiabilidade<sup>7</sup>. É, portanto, mais que o acontecimento em discurso, pois a notícia impressa ou que vai ao ar torna-se, necessariamente, outro acontecimento. O noticiário funciona, desse modo, como referência de valores, reverberando um conjunto de emoções substitutivas, *re-definindo* tradições e crenças. Oferece respostas “que explicam fenômenos desconcertantes ou aterrorizantes e que, ao mesmo tempo, fornecem respostas aceitáveis” (BIRD E DADENNE, 1999, p.264). Torna-se fonte de segurança e de referência.

## **2. Notícia e construção do real**

O noticiário está imerso na realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. Conforme argumentam Berger e Luckmann (1985, p. 11), essa realidade equivale à qualidade pertencente a fenômenos reconhecidos como um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’). Também parte da certeza do considerado como adquirido – reconhecimento de que os fenômenos são reais e possuem características específicas, ou seja, articulam determinado grau de conhecimento.

---

<sup>6</sup> Grifos do autor.

<sup>7</sup> Os critérios de noticiabilidade não foram alvo de investigação deste artigo.



O modo de apreensão do “real” como discurso e instância midiática guarda, no entanto, elementos de uma comunidade profissional dotada de valores culturais próprios. Essa tribo jornalística (TRAQUINA, 2004) agrega a (in)capacidade de narrar e interpretar os acontecimentos tornando-os visíveis, públicos, por meio de veículos determinados. “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de uma certa maneiras coisas que vêem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (cf. 2004, p. 107).

Apreende-se, assim, que o universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Resulta, conforme Gaye Tuchman (1978), de uma composição fenomenológica, maneira como os jornalistas sedimentam significados a partir de atos cognitivos e perceptivos. Em primeiro plano, temos as notícias como um método institucionalizado de informar (ser consumido e avaliado pelo público). As pessoas buscam jornais, revistas, televisão com a finalidade única de tomar conhecimento sobre os acontecimentos, *fazer saber*. Em segundo, o noticiário é localizado, composto e disseminado por profissionais envoltos em práticas e processos rotineiros.

Os jornalistas criam, portanto, uma *rotina do imediato*. Na investigação que propõe, Gaye Tuchman considera que os jornais impõem ordem no espaço a partir de uma rede (*news net*) para narrar e “capturar” os acontecimentos. As estratégias de cobertura espacial atingem três direções: na primeira, os jornalistas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial (localização dos repórteres, fotógrafos, cinegrafistas); na segunda, existe uma especialização organizacional, a dizer, profissionais dos *media* que se envolvem em determinadas instituições de potencial noticioso (hospitais, tribunais, congresso, bolsas de valores); na terceira, temos a subdivisão dos acontecimentos em tópicos pré-determinados como educação, esportes, política.

Essa rede de notícias “impõe ordem no mundo social porque permite que os fatos sejam noticiados mais em algumas localidades do que noutras” (TUCHMAN, 1978, p. 23). As estratégias estão, portanto, vinculadas à necessidade de angariar notícias e de “tipificar” os acontecimentos em processos noticiáveis. Desse modo, a descrição da realidade implica construções suscetíveis de comparações, de traços de ocorrências variadas que tomamos como semelhante. No mesmo caminho trilhado por Schutz (1982), consideramos o processo de tipificação - tornar familiar, comum -, como





principal elo narrativo entre o fato que emerge abruptamente na realidade e a construção dele em notícia.

A linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e previsível na atitude natural do mundo da vida: a percepção do que é tido como noticiável e a produção de notícia implicam o recurso de quadro de experiência, assentes em modos de tipificar rotineiramente reproduzidos (CORREIA, 2005, p.133).

A composição da notícia se constitui na utilização desses quadros de experiência que desempenham papel central na localização e classificação de um número infinito de ocorrências. “O mundo social só pode ser percebido e experienciado como típico” (Schutz, 1978, p.115). De acordo com Goffman (1984, p.20-39), esses quadros induzidos pelo noticiário (*frames*) são princípios de organização que governam os acontecimentos e o nosso envolvimento subjetivos com eles. Por se tratar de um campo que busca essencialmente o “novo”, o jornalismo nutre não apenas *frames* primários – notabilidade dos acontecimentos que incidem na história – mas também de *frames* secundários, isto é, “quando participantes sabem e reconhecem que foi produzida uma alteração sistemática que lhes fará definir de outro modo o que se sucede”.

Nesse ponto, a notícia pode ser entendida como fatia e fluxo não-arbitrário da atividade corrente inter-relacionado ao processo de transição de um quadro primário a um secundário. Essa passagem é denominada por Goffman de chave (*the key*), um conjunto de convenções que uma atividade dada, provida de sentido pela aplicação de um marco primário, “se transforma em outra atividade que toma a primeira como modelo, mas que é considerada pelos participantes de modo diferenciado” (GOFFMAN, 1984). O noticiário, como tal, também é uma construção em segundo grau baseado nas apreensões da realidade que refletem “o significado subjetivo que os agentes atribuem a ações praticadas nos eventos em que se encontram envolvidos” (CORREIA, 2005, p. 137).

Fica patente, assim, a construção de *enquadramentos* por parte dos jornalistas no que confere à criação de uma cadeia simbólica com vistas a dar sentido aos acontecimentos tidos como relevantes. Longe de uma reprodução objetiva, a notícia é reportada sob olhares de uma comunidade específica que se desenvolvem durante o processo de produção lingüística dos acontecimentos.

O enunciado jornalístico está relacionado a uma noção de realidade que atravessa chaves de interpretação das diversas dimensões do mundo social. “Constrói,

então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como presenças de um outro mundo” (BERGER E LUCKMANN, 1985, p.61). De maneira inversa, também é capaz de abstrair símbolos da vivência cotidiana e depois de fazê-los retornar, apresentando-os como elementos objetivamente reais, institucionalizados por meio de tipificações habituais nas condutas humanas.

Contudo, a apresentação do “real” pelos *media*, como observado anteriormente, também difundem conhecimento. A realização desse saber adquire sentido duplo: o de apreender a realidade social objetivada e o de produzir continuamente essa realidade. Com base na eleição do que é importante para o público, o campo do jornalismo estabelece uma estrutura de *relevâncias*, ampliação *mediatizada* de significados considerados como fundamentais ao debate público. Tais processos permitem a ultrapassagem do mundo subjetivo à dimensão cognitiva das representações sociais<sup>8</sup>, e “de uma dimensão prescritiva indicando os objetivos e as normas de acordo com as quais os indivíduos e as coletividades devem comportar-se” (CORREIA, 2005, p. 127). Como defende Gaye Tuchman, “ao disseminar informação que as querem, necessitam e *devem saber*, as organizações noticiosas (...) modulam o conhecimento” (1978, p. 2).

Deste modo, o jornalismo, além de adquirir posição de referência no mundo social, também atribui zonas de relevância para consolidar, ou não, conhecimentos tomados como importantes para se discutir na esfera pública. Na composição de temas, certos aspectos poderão ser tidos como conhecimentos adquiridos (*taken for granted*) ou põem em avaliação normas e vivências antes constitutivas da vida cotidiana. Visto por outro ângulo, é importante pensar como os jornalistas presumem a representação de relevância das audiências (público presumido) na composição da notícia. Como uma lanterna na escuridão os *media* podem *fazer enxergar* determinadas regiões antes não vistas, ou, de outro modo, manterem-se atrelados aos mesmos ambientes narrativos (*status quo*).

Mesmo ao selecionar o que considera relevante o jornalismo não deve ser considerado, segundo reitera Enric Saperas (1993, p.40 *apud* CORREIA, 2005), “como o resultado de uma simples ação seletiva (própria do ‘*gatekeeper*’), mas como uma ação

---

<sup>8</sup> Habermas (1984, p. 133-135) evidencia a translação da subjetividade no mundo da vida com base no conceito de Goffman (1959) que denomina de ação dramaturgica. O teórico alemão pressupõe que as manifestações expressivas, visualizadas numa atitude cênica, evidenciam a subjetividade do ator frente a outros delimitando as fronteiras do mundo exterior. Desejos e sentimentos ocupam, pois, um papel paradigmático: enquanto raízes de necessidades guardam relação direta com o mundo social.



orientada para a construção da realidade social, objetivando-se institucionalmente através das práticas cotidianas de representação do acontecido”. Hall (1999) advoga que as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia na seleção e escolha sistemática de acontecimentos e temas de acordo com um conjunto de categorias construídas socialmente. “Se os jornalistas não dispusessem (...) de mapas culturais do mundo social, não poderiam dar ‘sentido’ aos acontecimentos (...), que constituem o conteúdo básico do que é noticiável” (HALL, 1999, p. 226).

Seguindo o mesmo caminho, Alsina (2005, p. 334) salienta que “notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível”. Envolto diretamente na estruturação desse mundo, os jornalistas são autores do noticiário, reverberam ações e objetivos nas eleições factuais que realizam ante o acontecimento. A confecção da notícia deságua, nessa concepção, em três mundos distintos e inter-relacionados: o mundo *real*, o de *referência* e o *possível* (ALSINA, 2005, p.338).

No mundo *real* estão dispostas as fontes em primeira mão dispostas aos jornalistas e dotadas de sentido *a priori*. Lugares onde irrompem os “relevos”, acontecimentos - surgidos ou criados – com potencial noticioso. Para dar sentido aos fatos, os jornalistas adotam um modelo interpretativo a partir de um mundo de *referência* (valores culturais e profissionais). Por esse prisma, *enquadram* a ocorrência num plano narrativo peculiar, contam histórias na vida intersubjetivamente partilhada (público). O mundo *possível* emerge das interfaces entre o acontecimento e o mundo de referência. Como produto-final, abarca implicações da construção da notícia, re-criam universos simbólicos, disseminam atmosferas enquanto leitura social dos acontecimentos.

Cada uma das esferas assume vicissitudes, operam o sentido de modo determinado. O mundo *real* abarca a verificação, apuração dos fatos que são construídos e confrontados com novos dados ou informações sobre o acontecimento. O mundo da *referência* está relacionado à verossimilhança, ao pano de fundo cultural do jornalista, com as estratégias de tipificação e relevância associadas ao interesse público. Também dizem respeito aos elementos da produção noticiosa como as rotinas informativas e construção semiótica do discurso jornalístico. O mundo *possível*, por seu turno, recorda a condição necessária de busca pela verdade (não-absoluta), em que elementos



narrativos são descartados concedendo virtualidade discursiva própria da notícia, uma construção da realidade selecionada entre outras possíveis.

## CONCLUSÕES

Embora se articule como matriz dos eventos noticiosos, o acontecimento adquire nova natureza – ou torna-se um novo acontecimento –, ao transformar-se em notícia. A evidência de que nem sempre encarna a “desordem” no estado de coisas, re-configura o papel da tipificação jornalística na busca por outras possibilidades discursivas. Afinal, ao relatar fatos para um determinado público, os jornalistas contam histórias, geram conhecimento e arregimentam uma teia discursiva que assume papel central nas sociedades modernas.

A proposta de uma linguagem transparente, preconizada pela teoria do espelho - notícia como reflexo da realidade -, é, nesses termos, abolida. No entanto, a busca pela verdade, esboçada desde apuração até a composição do fato-notícia, não deve ser desconsiderada no mundo de verossimilhança. Ademais, a crítica que se faz à objetividade consiste na correspondência direta entre o mundo objetivo e os enunciados propostos como verdadeiros. O conceito de mundo da *referência* abre margem para uma relação de inteligibilidade do jornalismo com o mar de argumentos e pretensões passíveis de agregar sentido no idioma público. Antes da assertiva do relato fiel dos fatos, os jornalistas deveriam pensar em construções discursivas plurais, numa perspectiva bifronte e consensual da verdade, de modo a melhor informar o público dos rumos futuros e história de suas comunidades.

Com isso, a credibilidade do que é informado deve ser compreendido não como concordância de comportamentos e expectativas na ação pública, mas pela competência argumentativa e pela fundamentação dos enunciados propostos na notícia. Ao esgueirar-se da máscara da objetividade, o jornalista deixa de ser detentor ou paladino da verdade para tornar-se um andarilho à procura dela.

## REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia* Barcelona: Paidós, 2005.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.



- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORREIA, João Carlos. *A Teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.
- GOFFMAN. *Frame analysis. An essay of the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Volume I. Madrid: Taurus, 1988.
- MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick, *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEAD, George. *Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *O campo dos media: Discursividade, marratividade, maquinas*. 1. ed. Lisboa: Vega, 1980. 189 p. : il. -- (comunicação & linguagens).  
\_\_\_\_\_. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: Maurice Mouillaud e Sérgio Dayrell Porto. *O Jornal da Forma ao Sentido* - 2. ed. Brasília: UnB, 2002.
- SCHUTZ, Alfred. *The world as a taken for a granted – Ed. Kluwer*. Collected papers: the problem of social reality. Vol I, 1982.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja Editora, 1999.
- TUCHMAN, Gay. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.  
\_\_\_\_\_. *A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja Editora, 1999.
- WEBER, Maria Helena. *Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política*. In: MAIA, Rousiley; CERÉS, Maria Pimenta Spínola Castro. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Humanitas, 2006.